



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
CNPJ: 01.613.319/0001-55



---

**PROCESSO Nº 028/2021**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 005/2021**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2021**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE  
ENTRE SI FAZEM A  
SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO  
E FINANÇA DE CURUÁ/PA E A  
EMPRESA LAYOUT INFOMÁTICA  
PROCESSAMENTO DE DADOS S/S  
LTDA.ME, CONSOANTE AS  
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES  
SEGUINTE:

**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇA DE CURUÁ/PA Estado do Pará, com sede 03 de Dezembro N.º 307 – Santa Terezinha – Curuá PA, CEP: 68.210-000, inscrita no **CNPJ n.º 01.613.319/0001-55**, representada pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finança Sr. **MANOEL OVÍDIO NETO** brasileiro, agente público, inscrito no CPF 100.606.422-20 e no RG sob o N.º 1262844 SSP/GO, residente e domiciliado nesta cidade de Curuá, Estado do Pará, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** LAYOUT INFOMÁTICA PROCESSAMENTO DE DADOS S/S LTDA.ME, inscrita no **CNPJ sob o n.º 73.807.711/0001-46** estabelecida na Praça 23 de junho, n.º 10, sala 12, bairro /Centro, CEP 61.760-000, na cidade Eusébio-Ceará, representada pelo Senhor **JACKSON DA SILVA VIEIRA**, brasileiro, portador do RG 2000097083950-SSP/CE, inscrito no CPF n.º 824.707.743-49, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os contratantes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitando-se às normas preconizadas nas Leis Federais n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente Contrato decorre de Processo de Inexigibilidade de Licitação, na forma da Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e ato de ratificação do Senhor Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finança, conforme **Termo de Ratificação de Inexigibilidade**, constante no **Processo de Inexigibilidade sob o n.º. 005/2021**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. O Objeto do presente Contrato é o **ARRENDAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE FOLHA DE PAGAMENTO PARA ATENDER A**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
CNPJ: 01.613.319/0001-55



NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ E SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	
				MENSAL	GLOBAL
01	Arrendamento de sistema informatizado de folha de pagamento (Layout Folha) transparência de dados pessoais (Layout Transparência)	MÊS	12	1.615,00	<b>19.380,00</b>
02	Gerenciador de Dados online (Layout On-line)	MÊS	12	300,00	<b>3.600,00</b>
<b>TOTAL</b>					<b>22.980,00</b>

### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pela CONTRATANTE, com especial observância dos termos do Projeto Básico do respectivo Processo de Inexigibilidade.

3.2. A Contratada deverá, ainda, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à realização do objeto contratual, até o limite de 25% do valor inicial deste Contrato, sempre precedido de justificativa e formalizado através de termo de aditamento contratual.

3.3. Manter, durante toda a vigência contratual, sigilo profissional sobre documentos e assuntos que, em razão do serviço contratado tiver acesso, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal exigida para a contratação;

3.4. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pelos danos e prejuízos, pessoais ou materiais que, direta ou indiretamente, em razão do exercício da atividade contratada, venha causar à contratante e (ou) a terceiro, por eles respondendo.

3.5. Não transferir a terceiros, sob qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente contrato;

3.6. Atender satisfatoriamente as especificações do serviço, observando as obrigações técnicas e legais pertinentes.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A data de assinatura deste Contrato Administrativo realizado em **01 de fevereiro de 2021**, com vigência de **01 de fevereiro de 2021** até **31 de janeiro de 2022** podendo ser prorrogado conforme lei de licitações nº 8.666/93.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



5.1. Pelo serviço executado e efetivamente entregue, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço total constante de sua proposta, qual seja **R\$ 22.980,00 (Vinte e dois mil, novecentos e oitenta reais) divididos em doze parcelas iguais de R\$ 1.915,00 (Um mil, novecentos e quinze reais)**, conforme a prestação dos serviços mensais, conforme o período dos serviços identificado na Nota Fiscal de Serviços.

5.2. O pagamento realizar-se-á até no máximo o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante apresentação de Nota Fiscal e após o atesto do documento fiscal, através de transferência bancária pela Contratante.

5.3. O Contratante se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os serviços prestados não correspondem às especificações do Projeto Básico.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### **CLAUSULA SÉXTA – DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS**

6.1. A despesa decorrente da execução dos serviços, objeto do Processo de Inexigibilidade, correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de CURUÁ – PA, nos termos do artigo 14 da Lei 8.666/93, descrito abaixo:

<b>0412200022.004</b>	<b>MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SEMAPF</b>
3.390.39.00	Outros Serviços De Terceiros Pessoa Juridica

#### **CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, poderá ensejar a aplicação à Contratada das seguintes sanções, conforme o que determina o art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência
- b) Multa de 02% (dois por cento), até o trigésimo dia de atraso sobre o valor dos produtos, quando o licitante deixar de cumprir, dentro do prazo previsto, a obrigação assumida.
- c) Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor da adjudicação se o proponente se recusar a entregar os produtos;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**



8.1 O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida à conveniência administrativa.

8.2 A critério da CONTRATANTE caberá a Rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial, mas sempre com instauração de Processo Administrativo com ampla defesa, quando ocorrer falência da CONTRATADA ou ainda quando esta:

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, suas especificações, o prazo de entrega do trabalho, incluindo o de prorrogação se houver; obrigações contratuais;

II – A lentidão no seu cumprimento e (ou) seu atraso injustificado.

III - A paralisação do serviço sem justa causa e previa comunicação à contratante;

IV - A subcontratação, total ou parcial;

V - O desatendimento de determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do trabalho;

VII - O não cumprimento das obrigações trabalhistas ou sociais de sua exclusiva competência;

## **CLÁUSULA NONA – DOS TRIBUTOS**

09.1. É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, comerciais, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

09.2. A CONTRATANTE, enquanto fonte retentora descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

## **CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 A CONTRATADA ficará obrigada a:

I - Fornecer os serviços no preço e prazo estipulado na proposta, que não poderá ser superior ao limite estipulado no preâmbulo deste projeto;

II - Arcar com as despesas concernentes a prestação dos serviços objeto deste projeto, compreendendo encargos sociais, tributos, despesas indiretas, mão-de-obra e outras incidências, se ocorrerem;



III - Responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações ou legais a que estiver sujeita.

## CLÁUSULA ONZE – DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 A CONTRATANTE ficará obrigada a:

I – Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;

II - Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - Efetuar o pagamento do objeto deste Contrato, mediante Nota Fiscal devidamente atestada pela Prefeitura Municipal de Curuá – Pará;

IV - Acompanhar a execução dos serviços por meio de gestor legalmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

V - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega dos serviços adquiridos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

VI - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

VII – Pagamento dos custos operacionais, fotocópias, autenticações cartorárias, ligações telefônicas, locomoção, hospedagem, alimentação, diária e demais despesas que se fizerem necessária à prestação do serviço desempenhado pelo ora CONTRATADO, sejam de responsabilidade do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DOZE - DA PROIBIÇÃO

12.1. Ficamos expressamente vedadas à vinculação, a subcontratação e o comprometimento ou alienação deste Contrato em operações de qualquer natureza, sem exclusão de uma só delas, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar a realização do Objeto Contratual.

## CLÁUSULA TREZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes como fórum, a Comarca sede da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2. Rege-se o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores e pelo **Processo de Inexigibilidade nº. 005/2021.**

13.3. E, por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



Curuá - PA, 01 de fevereiro de 2021

---

**MANOEL OVIÍDIO NETO**

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finança

**CONTRATANTE**

---

**LAYOUT INFOMÁTICA PROCESSAMENTO DE DADOS S/S LTDA.ME,**  
**JACKSON DA SILVA VIEIRA**  
**CONTRATADO**

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_